FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA *

# Momento de viragem

DESDE JANEIRO DE 2008 QUE PORTUGAL TEM VIVIDO SEMPRE EM CRISE, COM EFEITOS DRAMÁTICOS NO DESEMPREGO E MUITO SENSÍVEIS NA PERDA DE NÍVEL DE VIDA.

Quase no fim de 2 anos da sua execução, muito centrada na consolidação orçamental, com base principalmente na carga fiscal (e em cortes de despesa pública), na estabilização financeira e em reformas estruturais, continuamos em recessão. O Programa de Ajustamento vai na 7ª avaliação positiva, tendo alcançado na redução, (quase eliminação), do défice externo o maior dos êxitos do esforço empreendido.

Sempre entendi que o denominador de todos os rácios – o PIB - devia ter sido atacado, desde o início, com a mesma intensidade que o esforço de redução do défice, para evitar uma recessão forte. Para isso, a via que parecia adequada era a de conseguir um programa especial, extraordinário, por parte da União Europeia, para apoiar, por um lado, o investimento que, de outro modo, estagnaria, e, por outro, a recapitalização das empresas, que, também elas, teriam de proceder a desalavancagem e iriam sofrer os efeitos da recessão, da quebra da procura interna.

Dessa forma, a União Europeia exerceria uma segunda via de solidariedade (a primeira é a concessão do próprio financiamento), virtuosa, que contribuiria para atenuar a divergência real em curso (é enorme a assimetria entre os países excedentários e os deficitários), reforçaria uma coesão em declínio (os custos da austeridade geram mais injustiça social e crescente descontentamento). Não foi possível – ou nós e os outros países periféricos não fomos capazes de convencer os nossos parceiros comunitários...

De facto, é premente acelerar o crescimento económico, sendo importante recuperar a procura interna. O investimento, nacional e estrangeiro, em novos projectos é importante,

O Governo anunciou medidas para estimular o investimento – o que é muito bem-vindo, num contexto em que a atratividade da economia não o incentiva.

Mas, no momento presente, não podemos deixar de contar, principalmente, com as empresas que temos e de nos debruçar sobre o seu financiamento e em investimentos de aumento de capacidade .

E, quando falamos de financiamento, não nos estamos a referir apenas à concessão de crédito e ao seu preço bem como ao acesso ao mercado de capitais, mas também à necessidade de aumentar a autonomia financeira das empresas

Seremos, porventura, o Estado Membro onde existirão mais PMEs com balanços impróprios para poderem aceder a crédito, por apresentarem rácios de autonomia financeira muito baixos. É forçoso reforçar a resiliência do sector empresarial e capitalizar as empresas.

São estes três factores – investimento, crédito com preço razoável e recapitalização – que determinarão a capacidade de darmos a volta à situação do país.

Precisamos, assim, de um choque fiscal e de outras medidas estruturais e financeiras para atrair o investimento.

Necessitamos de conceber, desenvolver e pôr à disposição das empresas instrumentos para a sua capitalização, designadamente através da boa utilização de fundos comunitários orientados para esse efeito, de fundos de investimento e de capital de risco, com relevo para as modalidades mezanine e desenvolvimento, utilizando eventualmente instrumentos híbridos e, principalmente, dívida subordinada dirigida às PMEs.

E temos de procurar embaratecer o preço do crédito, num contexto fortemente adverso para a banca nacional, que tem na rentabilidade, agora, o seu principal problema.

Tal significa que os bancos terão de procurar aproximar o custo do funding do valor da Euribor o que, de momento, se afigura difícil, se não for possível aproveitar mais o recurso ao financiamento do BCE

Mas, por outro lado, vive-se um momento de aversão ao risco.

Os bancos têm de prosseguir avaliações rigorosas e prudentes do risco na concessão de crédito; não podem, de forma nenhuma, ser lascivos, mas também sabemos que a nossa economia não melhorará muito se não formos capazes de apostar, mesmo que com algum acréscimo de risco, nas empresas com potencial.

Os bancos portugueses estão hoje bem mais sólidos e capitalizados do que nos finais de 2010 ( um Core Tier 1 de 11,5% em 31/12/2012 versus 8,4% em Fev 2011) e encontram-se agora confortáveis em liquidez.

Estão, por isso, preparados para apoiar decisivamente o crescimento económico e parcerias com fundos de investimento, restruturações empresariais, recapitalização e capital de risco são obviamente necessárias e virtuosas.

*** PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS**